

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.575.156 - SP (2019/0262639-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA
ADVOGADO : ALEXANDRE DANTAS FRONZAGLIA (EM CAUSA PRÓPRIA) -
SP101471
AGRAVADO : WINDSOR INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA
ADVOGADO : LUIZ OTAVIO BOAVENTURA PACIFICO - SP075081

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - INCONFORMISMO DO AUTOR CABIMENTO - Quantia que se mostra desproporcional ao trabalho do advogado Valor da causa de R\$1.706.520,00 - Valor fixado em sentença inferior à quantia de 1% do valor da causa, qual seja, R\$9.000,00 - Majoração para R\$25.000,00 diante da pouca complexidade, do valor envolvido na demanda e do próprio proveito econômico obtido, que não se confunde com o valor do contrato - Fixação equitativa dos honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 8º, do NCPC Proporcionalidade e razoabilidade DERAM PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 356-358).

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação dos artigos 85, §§ 2º e 8º, e 1022 do Código de Processo Civil de 2015, sob o argumento de negativa de prestação jurisdicional, bem como impossibilidade de aplicação do princípio da equidade para fixação dos honorários.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

De início, afasto a alegação de ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, porquanto não configura omissão ou negativa de prestação jurisdicional o fato de o acórdão ter sido proferido em sentido contrário ao desejado pelo recorrente.

Cito, a propósito, os seguintes precedentes:

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO ESTADUAL. AFRONTA AO ARTIGO 1022, II, DO CPC/15. INEXISTÊNCIA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. REVOGAÇÃO DE TUTELA ANTECIPADA. INCIDÊNCIA DE JUROS DE MORA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.
2. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão ou contradição porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.
3. É incabível a incidência de juros moratórios sobre valores a serem devolvidos em virtude de revogação de decisão que antecipou os efeitos da tutela por não haver fato ou omissão imputável ao autor da ação de revisão de benefício. Precedentes. Súmula nº 83/STJ.
4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.098.349/RS, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 22.3.2018, DJe 4.4.2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESCISÃO CONTRATUAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Ausentes os vícios do art. 1.022 do CPC/15, rejeitam-se os embargos de declaração.
2. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 489 do CPC/15.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados

como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.157.866/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13.3.2018, DJe 15.3.2018).

A Corte local, sopesando os critérios específicos da demanda, bem como o valor da causa retificado ex-officio (e-STJ, fl. 103) para R\$ 1.706.520,00 (Um milhão, setecentos e seis mil, quinhentos e vinte reais), revisou a decisão singular para determinar a fixação da verba honorária no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por apreciação equitativa, nos termos da seguinte fundamentação (e-STJ, fl. 349):

De fato, apesar da simplicidade da causa e do pouco trabalho desenvolvido na presente demanda, o valor envolvido e dado à causa deve ser considerado na fixação equitativa dos honorários advocatícios.

Entretanto, a fixação dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa resultaria em quantia excessiva e desproporcional à natureza e complexidade da ação, ainda que se considere o conteúdo econômico do negócio.

A ação de adjudicação compulsória envolve um aspecto do negócio jurídico, que é a obrigação de outorga da escritura, razão pela qual não se justifica a fixação dos honorários de sucumbência, com base no valor total do negócio, ainda que tenha sido arbitrado como valor da causa. Devem, no caso, ser observados os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, além do objetivo da verba honorária, que é remunerar o trabalho do advogado.

Não é demais lembrar que o proveito econômico obtido na demanda outorga da escritura não coincide com o valor do negócio, nem com o valor da causa.

Por tudo isso, considerando que compete ao juiz fixar a verba honorária de acordo com o esforço desempenhado pelo profissional durante o processo, devendo representar justa remuneração ao advogado, que, segundo o artigo 133 da Constituição Federal, exerce função essencial à “administração da justiça”, afigura-se mais justo o valor de R\$25.000,00, de acordo com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e considerando a simplicidade da causa e o valor envolvido na demanda. A quantia deverá ser corrigida

monetariamente da data da publicação do acórdão e com juros de mora a contar do trânsito em julgado, nos termos do mencionado art. 85, § 8º do CPC.

Em vista disso e, considerando que a sentença foi proferida na vigência do CPC/2015 (e-STJ, fls. 293/295), o acórdão recorrido mostra-se em dissonância com a jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que o critério da equidade somente deverá ser utilizado nas situações expressamente autorizadas pelo *Códex* Processual, e dentro dos limites percentuais fixados pelo § 2º do art. 85 desse Diploma.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CONDENAÇÃO. AUSÊNCIA. APRECIÇÃO EQUITATIVA. IMPOSSIBILIDADE. LIMITES PERCENTUAIS. OBSERVÂNCIA. RECURSO PROVIDO.

1. Ressalvadas as exceções previstas nos §§ 3º e 8º do art. 85 do CPC/2015, na vigência da nova legislação processual o valor da verba honorária sucumbencial não pode ser arbitrado por apreciação equitativa ou fora dos limites percentuais fixados pelo § 2º do referido dispositivo legal.

2. Segundo dispõe o § 6º do art. 85 do CPC/2015, "[o]s limites e critérios previstos nos §§ 2º e 3º [do mesmo art. 85] aplicam-se independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito".

3. No caso concreto, ante o julgamento de improcedência dos pedidos deduzidos em reconvenção, não se tratando de demanda de valor inestimável ou irrisório, faz-se impositiva a majoração da verba honorária, estipulada em quantia inferior a 10% (dez por cento) do valor atribuído à causa.

4. Recurso especial provido.

(REsp 1.731.617/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 15.5.2018).

No voto condutor do precedente acima, consignou-se que, *"a par da impossibilidade de se aplicarem critérios de equidade nas hipóteses não expressamente previstas em lei (CPC/2015, art. 140, § ún.), o Código de Processo Civil vigente é expresse em dispor que os limites percentuais previstos em seu art. 85, § 2º, aplicam-se*

'independentemente de qual seja o conteúdo da decisão, inclusive aos casos de improcedência ou de sentença sem resolução de mérito' (§ 6º)". No mesmo sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE NA VIGÊNCIA DO CPC/1973. PARALISAÇÃO DO PROCESSO POR TEMPO SUPERIOR AO PRAZO PRESCRICIONAL DA PRETENSÃO DE DIREITO MATERIAL. OCORRÊNCIA. CONTRADITÓRIO PRÉVIO À SENTENÇA DE EXTINÇÃO EXISTÊNCIA. POSSIBILIDADE DE DECLARAÇÃO DA PRESCRIÇÃO. TESE FIRMADA NO TEMA 1 DO IAC, PRECEDENTE DE OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. APLICAÇÃO DA EQUIDADE PREVISTA PELO ART. 85, § 8º, DO CPC/2015 EM CASO DE ELEVADO VALOR DA CAUSA E DE PROVEITO ECONÔMICO DE VALOR RELEVANTE IDENTIFICADO. NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

[...]

2. Os honorários advocatícios devem, ordinariamente, ser arbitrados com fundamento nos limites percentuais estabelecidos pelo art. 85, § 2º, do CPC/2015 sobre o proveito econômico obtido, ou, na impossibilidade de identificá-lo, sobre o valor atualizado da causa.

A equidade prevista pelo § 8º do referido artigo somente pode ser utilizada subsidiariamente, apenas quando não possível o arbitramento pela regra geral ou quando inestimável ou irrisório o valor da causa.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 983.554/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 24.8.2018).

Dessa forma, assiste razão ao ora agravante.

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar que os honorários advocatícios devidos pelo recorrido ao patrono do recorrente sejam fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa.

Intimem-se.

Brasília, 26 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora